

Análise Social

Revista do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa



173

Europa e Islão

Vol. XXXIX
Inverno
de 2005

Islamização no território de Beja — reflexões para um debate**

A história do Gharb al-Andalus era, até há poucos anos, uma história impossível. Lidas, no essencial, as fontes escritas — sumariadas primeiro por David Lopes¹ e republicadas mais tarde por António Borges Coelho² —, era pouco o que se podia esperar da maior parte dos reportórios escritos do período islâmico, quase todos redigidos em época tardia (a partir do período almóada e, por vezes, já depois da Idade Média) e onde os territórios do Ocidente surgiam sempre de forma rápida e sem que fosse possível destrinçar qual o papel que as suas cidades efectivamente desempenharam num processo de islamização que foi, até aos inícios do século X, tudo menos pacífico.

Pior ainda, e como se verá mais adiante, temos sempre presente a nunca resolvida contradição entre o que nos dizem as fontes escritas e o que encontramos no registo arqueológico. Esse problema, que já era visível nas fontes mais conhecidas, agrava-se à medida que vão sendo apresentadas traduções cada vez mais completas de textos como o *Muqtabis II*, o *Muqtabis V* ou o *al-Bayan al-Mogrib*.

À insuficiência da informação escrita — a maior parte dela reportando-se ao registo geográfico e com escassas abordagens sobre a sociedade do Sul — juntava-se até finais dos anos 70 a inexistência dos trabalhos arqueológicos. Nunca será de mais recordar que, quando Saavedra Machado escreveu, em 1964, a história do Museu Nacional de Arqueologia, mencionava meia dúzia de

* Câmara Municipal de Mértola/Campo Arqueológico de Mértola.

** Por uma questão de simplificação, optámos por não utilizar qualquer critério específico na transliteração dos nomes e palavras árabes.

¹ Lopes (1911).

² Coelho (1989).

peças do período islâmico: na realidade só duas o eram; a terceira era falsa e as restantes claramente posteriores ao século XIII³. A dois ou três capitéis se resumiam, em termos arqueológicos, cinco séculos e meio de história.

ISLAMIZAÇÃO E ORIENTALIZAÇÃO

A história do Gharb al-Andalus não escapa, seja do ponto de vista histórico ou da vertente estritamente arqueológica, a um velho e nunca inteiramente resolvido problema: de que forma se islamizou o Andalus? Que papel desempenharam os árabes nesse processo? Como se verificou a ocupação? Como se consolidou o processo de islamização? Como se orientaliza, enfim, uma sociedade ocidental?

A historiografia espanhola criou, nas primeiras décadas do século XX, uma ideia-chave que perdurou durante longas décadas e que o franquismo aproveitou habilmente: assim, a Hispania, mesmo invadida pelos árabes, nunca perdeu a sua individualidade, a ponto de serem estes que progressivamente se hispanizaram. De forma mais radical, Ignacio Olagüe, na obra *Les arabes n'ont jamais envahi l'Espagne*, negou, pura e simplesmente, qualquer invasão, afirmando que tais relatos teriam sido construídos, com fins estritamente ideológicos, em época tardia⁴. Noutro plano se situam os trabalhos de Pierre Guichard, que sustentam, com base nas alterações verificadas nas estruturas sociais, não só o efectivo carácter da invasão, como a orientalização extensiva da sociedade⁵.

Até aqui, nada a dizer, as investigações sobre o tema são bem conhecidas e interessam aos arqueólogos como quadro onde o debate irá situar-se. Vejamos agora como essas teses se confrontam com o que encontramos, do ponto de vista físico, nos territórios ocidentais.

Há em simultâneo na *kura* de Beja⁶ elementos de continuidade com o passado da Antiguidade tardia (cuja importância se admite hoje ter sido decisiva na criação dos caracteres da sociedade andaluza) que coexistem com factores de ruptura introduzidos com a islamização (factores esses com frequência negligenciados ou diminuídos na sua importância pelas teses *continuistas*).

O que nos parece mais importante sublinhar são os fortíssimos fenómenos de continuidade, que não são necessariamente incompatíveis com a chegada de gente vinda de outras áreas do Mediterrâneo. Ainda assim, e para dar uma expressão numérica ao que estamos a dizer, conviria esclarecer que

³ Machado (1964).

⁴ Olagüe (1969).

⁵ Guichard (1976, 1990 e 1991).

⁶ A expressão «*kura*» só é usada no Andalus, aparentemente, a partir de 135 H./752 d. C. (Monés, 1957, p. 115).

falamos, segundo cálculos citados e tidos como mais ou menos correctos, de 150 000 a 200 000 indivíduos (10% a 15% da população do Andalus). Que fenómenos de continuidade são os que justificam a polémica?

Continuidade dos limites territoriais. A reorganização administrativa que a islamização trará é, no que respeita à *kura* de Beja, um decalque muito aproximado do espaço dependente da *civitas* romana. Comparem-se os limites propostos para a época romana com os que se afirma terem existido no período islâmico⁷ para se concluir que estamos perante duas realidades muito próximas e que as divisões pós-Reconquista irão recompartimentar. A reorganização do espaço agrário na baixa Idade Média levará a uma recomposição dos antigos alfozes dos povoados, respeitados num primeiro momento, mas depois divididos pelos novos senhores do território.

Continuidade de ocupação dos espaços «urbanos». Apenas Beja atinge de facto uma dimensão urbana, se considerarmos que aqui se inclui não apenas o aspecto físico da cidade, mas também a sua capacidade de produção intelectual).

Ao contrário do que sucede noutras áreas do Andalus, não há, no território de Beja, nem abandonos dos principais pontos do território em relação a épocas anteriores nem fundações *ex novo* de povoados importantes. Locais como Beja, Moura, Serpa, o Castro da Cola, Aljustrel, Mértola, etc., têm uma longa história e atravessam vários períodos históricos sem especiais sobressaltos. Encontramos vestígios romanos, da alta Idade Média e do período islâmico em todos eles sem que seja possível, por falta de intervenções arqueológicas sistemáticas na maior parte deles, precisar o tipo de evolução que cada um conheceu.

Num certo sentido talvez seja, por isso, mais correcto falar em «permanência», do ponto de vista de fundo populacional, do que de «continuidade», na perspectiva histórico-cultural. É que, se constatamos que cada um dos sítios conheceu uma ocupação prolongada, não é menos verdade que os fenómenos de *desurbanização* da cidade antiga não nos permitem dizer que o espaço urbano onde vivia um cidadão da Beja romana era o mesmo que iria conhecer um seu descendente na Beja islâmica.

Continuidade das elites sociais. Este é, talvez, um dos pontos mais importantes para suavizar a ideia de uma orientalização conseguida rapidamente e sob a pressão de contingentes árabes. O sítio-chave neste processo

⁷ Lopes (2000), fig. 8 (época romana), e Torres (1992), 000 (época islâmica).

é, uma vez mais, a cidade de Beja, que irá ser o centro de um importante conjunto de movimentações e de uma resistência onde a classe terratenente local desempenha um papel crucial. Sabemos que o movimento de conversão de parte da comunidade local se revestiu de aspectos peculiares e para os quais vale a pena chamar a atenção por nos parecerem emblemáticos da forma como o processo irá desenrolar-se, num esquema que inclui em simultâneo a resistência à islamização, mas também uma rápida adaptação — no século VIII são referidos cerca de trinta *ulemas* em Beja, caracterizando-se as suas biografias pela brevidade e pela imprecisão cronológica. A sua apresentação onomástica tem uma homogeneidade notável: a cadeia genealógica é muito breve (vai até ao avô) e só um tem *nisba* árabe. Trata-se de *muwalladun*, filhos ou netos de conversos ao Islão e de origem local. Esta procedência pode também reconhecer-se na frequência de nomes árabes com ressonâncias bíblico-evangélicas: Ishaq (Isaac), Ibrahim (Abraão), Isa (Jesus) ou Yusuf (José)⁸. Tal facto parece indicar-nos que as prestigiosas famílias de bispos cristãos da alta Idade Média deram rapidamente origem a *ulemas* do Islão, que continuam, no essencial, a deter os destinos da cidade e da região.

Do ponto de vista físico, é, como vimos, um território que herda os limites do antigo *Conventus Pacensis*, mantendo Beja ao longo da época islâmica relações de hierarquia e domínio com as povoações situadas nos limites do seu território, embora esse território se restrinja progressivamente (e à medida que a real capacidade «centralizadora» da cidade diminui).

Tal destaque parece reflectir-se no papel desempenhado por Beja nos momentos conturbados que se seguiram à tomada de Sevilha. Primeiro, quando a cidade é escolhida como local de refúgio (em detrimento de qualquer outra povoação) pelos cristãos vindos de Sevilha⁹; depois, quando essa mesma população apoia, logo de seguida, uma revolta contra a guarnição muçulmana da cidade de Guadalquivir, matando cerca de 80 soldados (95 H./714 d. C.)¹⁰. A presença islâmica — ou de influência islâmica — na região de Beja está atestada desde muito cedo. Nas imediações de S. Cucufate, *villa* romana a pouco mais de 20 km da cidade, está não só comprovada a existência de uma comunidade cristã que terá subsistido sob a islamização, como foi encontrada em MacAbraão, numa possível exploração agrícola, uma moeda árabe batida em 109 H./728-729 d. C., descoberta num nível selado de ocupação do sítio¹¹. São, de resto, comuns os achados numismáticos do período emiral no Centro e no Sul de Portugal, o que nos põe perante a real existência de contactos e de trocas comerciais desde o início

⁸ Marin (2001), pp. 32-34 e 43-44.

⁹ Lafuente y Alcántara (1867), p. 29; Ibn Idari (1904), p. 21.

¹⁰ Al-Makkari (1840), p. 285; Lafuente y Alcántara (1867), p. 30; Ibn Idari (1904), p. 23.

¹¹ Sítio 59 («ferme d'époque arabe») (Alarcão, 1990, pp. 267-268 e pl. CLIII).

da islamização — vejam-se os exemplos das moedas encontradas em Vaiamonte (Monforte) e em Torre Bela (Bombarral)¹².

Até à tomada de Beja por Abd ar-Rahman III no final da terceira década do século X, durante as suas campanhas militares de consolidação territorial a cidade — entendendo-se aqui cidade no sentido da urbe que abrange também a região dela dependente, o que inclui não só os arredores, como outras povoações mais pequenas e as aldeias¹³ — continuou a ter algum protagonismo, nele se mesclando os interesses das elites locais, a resistência do moçarabismo e a manutenção da cidade como capital de uma vasta região. Quanto à velha Beja em si, faltam-nos elementos para conhecermos os contornos precisos de que se revestiu a sua ocupação. Na ausência de dados arqueológicos para períodos mais recuados, somos levados a pensar, dado o papel que Beja desempenha nas campanhas de Abd ar-Rahman III, que a importância do centro urbano não se perdera completamente.

No que toca ao caso concreto do território, tem sido posta a hipótese de, num primeiro momento, se ter assistido a uma capitulação negociada e pacífica, a que se terá seguido, após o apoio à comunidade sevilhana, uma outra intervenção, na qual o recurso à força terá tido um papel de destaque¹⁴. Vários testemunhos, quer islâmicos, quer cristãos, sublinham o carácter relativamente pacífico da «conquista» do Gharb, nomeadamente no que toca à existência de negociações que terão caracterizado a islamização de uma parte importante do território a norte do Tejo¹⁵. A existência dos tratados que permitiram situações como esta foi relatada por Muhammad al-Wazir al-Ghassani no século XVII, a partir de um texto de Ibn Muzayn, autor andaluz do século XI¹⁶. Não se pode, porém, analisar todo o Gharb pela mesma bitola. Fica, de momento, por esclarecer em que medida e até que ponto se desenrolaram eventuais negociações na *kura* de Beja.

Entre Sevilha e Beja as terras foram ora confiscadas numa situação de conquista à força, ora tomadas pelo Tesouro (constituindo um quinto das terras) ou ainda adquiridas pelos conquistadores. Temos numerosas provas de uma importante continuação da posse de bens nas mãos dos moçárabes

¹² Sítios localizados já fora dos limites da *kura* de Beja. Em Torre Bela recolheu-se um *dirham* de prata datado de 230 H./845-846 d. C. (Marinho, 1970, p. 293). No sítio arqueológico do Cabeço de Vaiamonte, com importante ocupação proto-histórica, encontraram-se, para além de várias peças em cerâmicas (hoje nas reservas do Museu Nacional de Arqueologia, em Lisboa), sete *dirhams* emirais (Marinho, 1983, p. 350).

¹³ Monés (1957), pp. 94 e 108.

¹⁴ Picard (2000), p. 22; v., sobre esta dualidade de actuações, Sidarus (1996), pp. 28-29, sublinhando-se aqui em especial que «terá havido uma capitulação mais ou menos pacífica».

¹⁵ Picard (2000), pp. 22-23; v. os pactos referentes a Laqant, Mérida e Lisboa (Chalmeta, 1994, pp. 214 e 219).

¹⁶ Picard (1986), p. 65 (nota 2).

até ao século XII, implicando tal situação que uma boa parte das terras ficou nas mãos/sob a influência dos «visigodos», mesmo sem contar o caso muito particular dos descendentes de Witiza. Na região entre Beja e Mérida (e abrangendo uma boa parte do limite nordeste do antigo *conventus*) grandes propriedades estavam ainda na posse dos senhores «visigodos» no momento da fitna do século IX, prova de que, depois da conquista, estas terras tinham ficado maioritariamente nas mãos de hispânicos, embora seja depois a concepção «árabe» de apropriação da terra a triunfar sobre o sistema visigótico/pré-feudal¹⁷. Admite-se que possam ter desempenhado um papel importante nesse processo de transmissão os bens da Igreja, entidade que deteve importantes bens fundiários até ao período almóada. Embora o exemplo normalmente citado — o do mosteiro existente no cabo de São Vicente — esteja fora dos limites da *kura*, a verdade é que os seus bens se estendem a outras áreas do Gharb. As propriedades cristãs, laicas e eclesiásticas, serão apenas confiscadas a partir da segunda metade do século XII¹⁸.

Herdeira de um rico passado clássico, Beja mereceu uma maior atenção e a sua agitada vida política durante todo o século VIII justificou a importância que manteve na transição Antiguidade tardia-islamização. À fácil incorporação dos territórios meridionais nas regiões islamizadas correspondeu um processo de negociação, mantendo as populações indígenas (em particular as dos territórios de Santarém e de Coimbra) um estatuto de grande autonomia, afirmando-se que «d'après des savants des temps anciens, qui connaissent bien la condition de l'Espagne, tout ce pays, à l'exception d'un petit nombre de localités bien connues, fut annexé à l'empire musulman par capitulation; car, après la déroute de Roderic, toutes les villes capitulèrent avec les musulmans. Par conséquent, les chrétiens qui y demeuraient, restèrent en possession de leurs terres et de leurs autres propriétés, et ils conservèrent le droit de les vendre»¹⁹, bem como os seus bens e o uso da sua religião, mediante o pagamento de tributos (a *jizia*, ou imposto de capitação, e o *kharaj*, ou contribuição predial), que abrangiam também as terras e as árvores de fruto²⁰, num sistema de posse da terra que difere do das regiões mais a sul (onde a posse da terra estaria ligada ao controle do fluxo fiscal²¹). Terá sido essa manutenção de uma comunidade cristã — as regiões a norte do Tejo eram, com frequência, exclusivamente cristãs — e do respectivo clero a justificar um número muito limitado de conversões até à Reconquista, ao passo que em áreas como Mérida e as suas redondezas os *muwalladun* se

¹⁷ Picard (1996), p. 488.

¹⁸ Picard (1996), pp. 481-482 e 485.

¹⁹ Dozy (1881), p. 75.

²⁰ Ibn al-Qutiya (1926), p. 172; Monés (1957), p. 85.

²¹ Picard (1996), p. 486.

tornaram rapidamente majoritários, como o indicam as revoltas do século IX²². Parece-nos importante recordar que a crónica moçárabe de 745 afirma que um dos primeiros governadores muçulmanos do Andalus «persigue a los sarracenos y a los moros de España por haber usurpado lo anteriormente pagado para obtener la paz y devuelve muchas cosas a los cristianos»²³.

Tal estatuto, semelhante ao negociado com Teodomiro na região de Múrcia, deixou à população os seus bens e o livre exercício de culto mediante o pagamento de um tributo. Mais do que quaisquer razões de ordem militar, terá pesado neste processo o peso da aristocracia visigoda, que se manteve na posse dos seus bens e continuou a influenciar os destinos das regiões ocidentais. Sublinhe-se, contudo, que são diferentes as situações a norte e a sul do Tejo e que aos acordos do tipo do de Tudmir, feitos para as regiões de Coimbra e de Santarém, se contrapôs uma realidade marcada por uma presença mais «militarizada» (o que não terá excluído acordos cujos contornos desconhecemos) em regiões como a de Beja.

A *kura* de Beja virá a ter, neste contexto histórico, um papel de relevo, mais visível nos tempos imediatamente a seguir aos começos da islamização — é citada, juntamente com Lisboa, Sevilha, Niebla ou Mérida, como uma das cidades mais importantes no Ocidente²⁴ — do que nos séculos posteriores ao califado. A regra é os antigos centros serem retomados e ganharem uma projecção nem sempre centrada no espaço urbano propriamente dito, mas antes no conjunto da região. Bastará um rápido folhear dos geógrafos e historiadores andaluzes da Idade Média para se constatar que as menções mais persistentes a sítios como Beja, Idanha-a-Velha, Ossónoba ou Mérida só se esbaterão em épocas mais tardias para darem então lugar a novos centros do poder, como Silves ou Évora²⁵.

Quem antes detinha o poder adapta-se rapidamente. Se o avô era cristão, o filho ou o neto serão muçulmanos. Não aqui encontramos traços dos invasores. Também não os encontraremos — ou é raro que tal aconteça — ao longo de todo o período islâmico. Quem detém o poder, de forma delegada, ou por negociação ou à força, são quase sempre oligarquias locais de origem peninsular. A componente moçárabe irá manter-se como uma constante até ao século XII: só assim se explica que um dos principais proprietários de terras no Ocidente seja o mosteiro que existiu na zona do cabo de São Vicente — que era, recorde-se, um dos grandes pontos de peregrinação cristã

²² Picard (1986), p. 71. Sobre o papel dos *muwalladun*: «les *muwalladun* formaient évidemment sous les émirs umayyades la partie plus importante de la population au royaume cordouan» [alguns conservaram mesmo nomes puramente hispânicos, como os Banu Angelino ou os Banu Sabarico (Lévi-Provençal, 1932, p. 19)].

²³ Lopez Pereira (ed.) (1980), p. 91.

²⁴ Yakubi (1937), p. 219; v. Picard (2000), p. 187.

²⁵ Yaqubi (1937), pp. 217-219; al-Muqaddasi (1950), p. 11.

daquele tempo. Tal como não podemos esquecer o papel miraculoso atribuído a uma imagem de Nossa Senhora existente nas muralhas de Faro e que era, entre outras coisas, garante de fartas pescarias. Os exemplos poderiam multiplicar-se, indo-se até ao ponto do insólito quando constatamos que, das únicas três lápides funerárias até hoje conhecidas no Gharb anteriores ao ano 1000, duas são cristãs — a de Adulteus, de 729²⁶, e a de Julianus, de 961²⁷, ao passo que a Ishaq Ibn Faras al-Ansari, de 957²⁸, pertence a um membro de uma mais que provável família *muwallad*. Ou seja, em trezentos anos, nem traços de um só árabe na epigrafia destes territórios.

Quer isto dizer que Olagüe tinha razão e que os árabes nunca invadiram Espanha? Evidentemente que não. O que nos parece hoje mais ou menos seguro é que o processo de islamização atinge a Península sem ser pela chegada massiva de populações — nunca percebemos até hoje qual a lógica que teria, do ponto de vista concreto, a vinda de contingentes da Síria e do Iémen para, aqui chegados, se dedicarem a plácidas tarefas de agricultura e de pastoreio. Também aqui muitas das imagens que se criaram do processo de islamização tombam, com frequência, no exótico, na criação mítica de um mundo de odaliscas, turbantes, poesia e tapetes voadores com escassa correspondência na vida real.

Não haja dúvidas de que o Andalus mantém contacto privilegiado com o Levante mediterrânico (Goitein chamava a atenção para o tom casual de certas cartas de mercadores judeus dando conta a membros da família da viagem recentemente feita entre Sevilha e Alexandria, como se aquele percurso fosse a coisa mais natural deste mundo²⁹). Não haja também dúvidas de que é ao mundo oriental — não exclusivamente ao islâmico, mas também a Bizâncio — que vão beber-se algumas das formas arquitectónicas e alguns dos modelos artísticos que o Andalus copiará e desenvolverá mais tarde de forma autónoma.

Não haja dúvidas também de que, quando se dão as sucessivas revoltas de Beja, elas são feitas contra alguém ou contra o que esse alguém representa. Parece, a este nível, pouco sensato argumentar-se, de forma linear, que os árabes nunca existiram.

A chegada do célebre *jund* do Egipto a Beja (124 H./742 d. C.)³⁰ — constituído por um contingente que não ultrapassaria certamente umas poucas centenas de homens (estima-se entre 500 e 700 o grupo de guerreiros instalado na região de Beja³¹) — terá feito parte de uma estratégia de

²⁶ Chaves (1944), p. 101.

²⁷ Dias (1998).

²⁸ Borges (2001), pp. 181-182.

²⁹ Goitein (1973), p. 50.

³⁰ Ibn Idari (1904), p. 48.

³¹ Sidarus (1996), p. 30.

consolidação territorial, mas não foi suficiente para impedir uma sucessão de revoltas que tiveram a cidade como base ou ponto principal dos confrontos.

É, aliás, possível que a militarização fosse um fenómeno restrito. O papel essencial dessa guarnições limitava-se, com frequência, à protecção das populações e, bem entendido, à cobrança dos impostos devidos ao governador cordovês. Não é difícil imaginar a presença de uma pequena guarnição estranha ao território acantonada num alcácer, rodeada por uma população que, num primeiro momento, se limitou a tolerar uma presença sempre alvo de permanentes negociações. De facto, como cada cidade tinha na sua dependência uma região, as cidades passaram a ser unidades administrativas com um mínimo de funcionários, com frequência apenas um governador suportado por uma pequena força de guardas. É um dado sobre o qual se insiste particularmente o de o factor do processo de apropriação se centrar no seu «papel fiscal»: os Yahsubi são, para Beja, exemplo desse sistema³².

Afirma-se, de resto, que os grupos de guerreiros árabes que se estabeleceram nas cidades não interferiam nos seus assuntos³³. Não é, sobretudo, tarefa complicada pensar numa relativa continuidade — não só populacional, como em termos de organização social e económica — neste território, suposição que os dados arqueológicos têm vindo a confirmar³⁴.

Se é certo que o papel das cidades enquanto centros urbanos poderá ter decaído, e sendo necessária uma análise detalhada para cada sítio (de forma a poderem analisar-se todas as nuances da evolução por elas sofridas), no caso específico de Beja parece-nos provada uma efectiva ocupação do espaço urbano. Ao contrário do que acontecerá com Évora — cujas muralhas estariam, segundo os cronistas, em evidente estado de decadência nos inícios do século X —, em Beja as defesas da cidade mantinham-se em perfeito estado por essa altura. Por outro lado, nada nos prova uma generalizada reocupação das *villae* romanas nem existe, naquelas onde a continuidade foi comprovada, um estilo de vida consentâneo com o de elites locais.

Do ponto de vista arqueológico, todas as perguntas que possamos formular a respeito destes primeiros tempos da islamização ficam sem resposta: onde estão os vestígios de um povoamento generalizado, se o que os levantamentos no terreno nos provam é, para os terrenos em volta de Beja (os mais ricos de toda a região), uma evidente retracção na ocupação do espaço em relação à Antiguidade tardia³⁵? Onde estão os materiais que poderiam provar-nos essa generalizada ocupação do espaço agrícola e, sobretudo, uma massiva colonização? Porquê a generalizada falta de materiais de origem

³² Picard (1996), p. 486.

³³ Monés (1957), pp. 97 e 99.

³⁴ Sobre a continuidade do povoamento rural, v. Chalmeta (1994), p. 234.

³⁵ Lopes (2000), p. 246 (nota 28).

berbere, que, na realidade, estão ausentes nas recolhas feitas em todos os sítios de cronologia emiral e califal?

Independentemente de questões clânicas ou tribais que possam ser levantadas, o que é evidente em todo este processo é o papel de liderança desempenhado pelas antigas capitais regionais romanas e por uma oligarquia que resiste de forma evidente ao facto de se ver desapossada do seu poder e do controlo absoluto sobre as suas terras.

Se parece evidente a permanência ao longo dos anos de uma clara maioria de população autóctone, não é menos claro que terá sido essa população a ser usada nos jogos de poder que se prolongam durante parte substancial do século VIII. As lutas, teoricamente tribais, que têm como palco — ou simples ponto de partida — a cidade de Beja (e, por vezes, outros territórios da região) parecem, antes de mais, ser um pretexto da região para vincar os seus direitos, numa tentativa da aristocracia local para não perder privilégios. Essas lutas acompanham, à escala regional, uma época de sobressaltos em todo o Andalus, presente, por exemplo, na ausência de cunhagem de moeda entre 130 H./748 d. C. e 145 H./763 d. C.³⁶, facto que sublinha a crise de estabilidade do poder central.

Não são de negligenciar, uma vez mais, as várias referências ao papel dos cristãos de Beja em vários acontecimentos, como no acolhimento reservado aos sevilhanos e no subsequente apoio ao ataque promovido por estes contra a guarnição da cidade de Guadalquivir (95 H./714 d. C.), bem como a menção expressa feita no que toca à rebelião de Urwa b. al-Walid, durante a qual este teria contado com o apoio dos cristãos. Tanto a revolta de al-Ala como a de Urwa b. al-Walid poderiam estar ligadas à confiscação de terras às custas dos cristãos. Não é apenas uma coincidência que as revoltas se tenham desenrolado nos locais onde os árabes foram instalados em *jund*, onde se encontravam ainda os restos de uma aristocracia vinda de Sevilha e onde estava presente o que resistia de uma classe de proprietários: «Quoi qu'il en soit, Beja et la région étaient soumises à des mouvements de révolte qui précéderaient l'arrivée du premier Omeyyade³⁷.»

Temos, assim, um conjunto de factores que parece ser interessante sublinhar para estas primeiras décadas de islamização:

1. O importante papel militar desempenhado por Beja no dispositivo das circunscrições militares, ali se tendo instalado uma guarnição militar vinda do Oriente³⁸;

³⁶ Guichard (1998), p. 109.

³⁷ Picard (2000), p. 31.

³⁸ Sobre a origem só parcialmente egípcia do *jund*, v. Sidarus (1996), p. 30.

2. A presença na cidade de uma poderosa comunidade cristã³⁹, a ponto de ainda em 127 H./745 d. C. ser feita referência a Isidoro, bispo moçárabe de Beja⁴⁰. Mesmo mais tarde continuam os testemunhos directos dessa importância. A continuidade da existência de igrejas está presente no relato das campanhas que Abd ar-Rahman I moveu contra o Gharb «e depois que as vilas filhou aos mouros e ele foi senhor de todas, começou com os cristãos. E moveu de Sevilha e veio filhar Beja e Évora e Santarém e Lisboa e todo o Algarve [...] e este nunca achou em Espanha boa igreja que não destruisse; e havia aí muitas e boas do tempo dos godos e dos romanos»⁴¹. Não é menos significativa a concretização de obras de vulto na igreja de Santo Amaro, em Beja, refeita no século IX⁴². A partir daí é mais visível um fenómeno de conversão ao Islão, que se terá manifestado primeiro na aristocracia e só depois nas classes populares⁴³;
3. A continuidade constatada na classe terratenente. Os proprietários autóctones continuam a deter boa parte do controlo sobre as terras e certamente a influenciar os destinos da região. A constatação dessa continuidade e o facto de os camponeses estarem na dependência de chefes árabes, de aristocratas «visigodos» ou de comunidades religiosas têm sido utilizados para enfatizar a importância desse conjunto de personagens e para chamar a atenção para uma relativa autonomização dos territórios do Gharb em relação à autoridade «central» de Córdova⁴⁴. Aparentemente, a *kura* de Beja seguiu um percurso semelhante ao de outras regiões da antiga *Hispania*, onde a classe dominante indígena tinha ainda poderes extensos sobre as massas rurais (na topografia aberta de entre Tejo e Odiana é nas cidades que há que buscar o elemento moçárabe⁴⁵) e as terras que elas habitavam, num processo que não irá subsistir à sua progressiva desarticulação⁴⁶. Uma hipótese plausível é que a dominação colectiva dos grandes clãs, típica dos séculos VIII/IX, tenha desaparecido para dar lugar a uma apropriação individual ou de grupos mais restritos, cuja unidade era a propriedade colectiva da *qarya*⁴⁷, uma situação talvez paralela à que já foi constatada para os territórios valencianos⁴⁸;

³⁹ O movimento de conversões dos neomuçulmanos é um pouco mais tardio, datando de finais do século VIII/inícios do século IX.

⁴⁰ Real (2000), p. 46.

⁴¹ Cintra (1954), pp. 367-368.

⁴² Torres (1993), pp. 24-27.

⁴³ Boissellier (1999), p. 188 (n. 12).

⁴⁴ Picard (2000), p. 35.

⁴⁵ Boissellier (1999), p. 190.

⁴⁶ Acién Almansa (1997), pp. 111-119.

⁴⁷ Picard (1996), p. 481.

⁴⁸ Guichard (1991), pp. 225-226.

4. O persistente papel desempenhado pelos Yahsubi, uma família de alegada origem iemenita. Este clã está presente no Ocidente peninsular desde os inícios da islamização, vindo a adquirir papel de grande preponderância nos territórios de Beja, Ossónoba e Sevilha. Até ao desmantelamento do *jund*, em 146 H./763-764 d. C., «l'émir nommait comme gouverneurs et chefs du *jund*, des Yahsubi ou leurs clients [reconhecendo] implicitement leur cohésion et l' emprise de la tribu sur la région occidentale»⁴⁹. Até ao final do século VIII prosseguirão as revoltas na região, na qual os efeitos de dissolução do *jund* se farão sentir;
5. É nas partes sul e oriental — as mais romanizadas e cristianizadas — que se regista uma maior intensidade da arabização e da islamização⁵⁰. São as mais próximas, física e culturalmente, do Mediterrâneo aquelas que continuarão a garantir um contacto ancestral com o mar interior e, portanto, as mais abertas a todo o género de influências. Não se pode, por outro lado, falar de invasão muçulmana sem evocar o seu impacto sobre as estruturas familiares, elemento decisivo para o combate às teses «negacionistas», como as que tentaram difundir a ideia da inexistência da chegada de grupos populacionais estranhos à Península Ibérica⁵¹. Para além da família de tipo «oriental», clânica e unilinear, imposta através da implantação de elementos estrangeiros arabo-berberes⁵², deverá também considerar-se a questão (e o peso) das estruturas familiares em meio indígena⁵³, forma de organização distinta, mas insuficientemente iluminada pelas fontes escritas.

É certo que praticamente todas as referências se reportam à cidade, mas a verdade é que Beja, como centro principal de decisão política, polarizou em grande medida os factos ocorridos no seu território. Se um dado chama a atenção na evolução política de Beja é o da manutenção da influência da cidade e das elites locais autóctones nos primeiros tempos da islamização.

A partir do último quartel do século VIII constata-se um evidente apagamento da cidade, que arrastará consigo todo o território da *kura*. Após o esmagamento das forças *yahsubi* — e dos interesses locais que elas representavam — serão outras cidades a assumirem um novo protagonismo. Se a perspectiva de um certo declínio é admissível, não podemos também

⁴⁹ Picard (2000), p. 34.

⁵⁰ Guichard (1976), p. 145.

⁵¹ V. a argumentação aduzida por Guichard (1987), pp. 27-32 e 57-59

⁵² Guichard (1976), em especial o capítulo VII.

⁵³ Boissellier (1999), p. 191.

afastar a ideia da instalação de um clima de paz (e de uma paz certamente negociada entre a região e o poder central) que se terá prolongado até à segunda metade do século IX. Esse silêncio é também, e em certa medida, ilusório, uma vez que reflecte a menor quantidade de fontes utilizáveis no que se refere a esta época. Ainda assim, assinala-se a revolta de Tumlus al-Nadawi, em 202 H./818 d. C., que Ibn Hayyan garante ser iemenita⁵⁴. As tropas emirais acabariam por cercar Beja, tendo Tumlus sido assassinado pelos seus companheiros, que terão preferido capitular⁵⁵. Alguns anos mais tarde (entre 218 H./833 d. C. e 220 H./835 d. C.) seriam os territórios orientais da *kura* a sofrerem novo período de instabilidade, embora a dificuldade de identificação dos topónimos impeça uma análise mais detalhada dos acontecimentos⁵⁶, aos quais não pode deixar de se associar a construção do *Conventual de Mérida*.

Também nos parece claro que, se num primeiro momento o peso da arabização ou da orientalização da sociedade andaluza (e, em particular, da do Gharb al-Andalus) terá sido diminuto, tal processo se acelera de forma sensível à medida que os anos passam. Se ao longo do século IX podemos duvidar da eficácia omíada nos seus esforços de assimilação, com o califado acentua-se um processo de apaziguamento e de dominação das regiões periféricas do Andalus (e, consequentemente, de territórios como o da *kura* de Beja). Recorde-se, como exemplo dessa lenta arabização, que a lápide funerária mais antiga do Gharb (encontrada em Mértola) data apenas de 346 H./957 d. C.⁵⁷. A seguinte que se conhece é a de Salir (407 H./1016 d. C.)⁵⁸. Ou seja, dos primeiros trezentos anos de islamização, apenas duas inscrições foram encontradas no Ocidente do Andalus). Nem mesmo em Beja, um dos primeiros e mais antigos centros de cultura árabe do Andalus, se encontram inscrições anteriores ao século XI⁵⁹.

Do cemitério islâmico de Beja conservam-se no museu da cidade seis inscrições funerárias, estando quatro delas datadas⁶⁰ e sendo a mais antiga de 440-79 H./1048-1086 d. C. Os aspectos mais importantes desta colecção epigráfica prendem-se tanto com o seu aspecto tardio como com a falta de

⁵⁴ Ibn Hayyan (2001), p. 86.

⁵⁵ Guichard (2002), p. 182.

⁵⁶ Ibn Hayyan (2001), pp. 299-303.

⁵⁷ Borges (2001), pp. 181-182.

⁵⁸ Borges (1998), p. 236.

⁵⁹ Borges (1989), pp. 1-4.

⁶⁰ Borges (1989). Para lá das lápides medievais, há a registar que do antigo edifício do colégio da Companhia de Jesus veio uma colecção de tábuas caligrafadas do século XVIII, que normalmente não está exposta ao público e que se supõe ter pertencido a D. Frei Manuel do Cenáculo.

uma inequívoca ligação entre estas inscrições e a oligarquia da cidade. Tal situação contraria a importância que Beja teve até ao período califal e «faz aparecer» as lápides apenas numa altura em que a cidade iniciava a sua decadência. A época em que se lavraram as epígrafes de Beja confirma a generalizada datação tardia das lápides funerárias do Gharb (sinónimo de uma lenta e progressiva arabização?) e não vai de encontro à lógica de uma elite urbana de *ulemas*. Nenhuma destas inscrições se reporta às grandes famílias que em Beja viveram nem encontramos em qualquer delas rasto dos sábios que terão feito da cidade um centro importante. Famílias destacadas da cidade, como os Janah, os Jalid (clientes dos omeias, de provável origem oriental⁶¹) ou os Hajib⁶², estão ausentes do registo epigráfico. Não deixa de ser bizarro que uma importante classe «árabe» ou «arabizada» não tenha, em mais de três séculos de activa permanência, deixado um simples testemunho epigráfico da sua presença. São questões em aberto e ainda sem resposta.

Apesar da prudência a que a consulta de algumas das fontes escritas nos obriga (trata-se, com frequência, de obras tardias e/ou apologéticas), é possível traçar um quadro sumário do que foi esse processo, durante o qual determinados grupos da população indígena tiveram papel de destaque.

Podemos considerar dois períodos de ritmos distintos. O primeiro prolonga-se até aos inícios do califado (dura, portanto, perto de duzentos de anos) e corresponde a uma época em que é ainda a dinâmica da outrora prestigiada cidade de *Pax Iulia* a ditar as suas leis. Uma segunda fase da história da *kura* inicia-se com a instauração do califado e prolongar-se-á até à passagem de Beja para as mãos dos conquistadores cristãos. É um período marcado pelo inexorável apagamento de Beja (uma decadência que já começava a desenhar-se com toda a nitidez em finais do século IX) e por uma pendulação cada vez mais nítida com Mértola, o centro urbano com o qual mantinha uma ligação mais próxima. Já nessa altura era a região de Badajoz/Mérida a protagonizar uma evidente resistência a Córdoba, papel que não mais perderia.

Do ponto de vista económico é provável que dois tipos de estrutura tenham coexistido: um, correspondente à grande propriedade herdada da Antiguidade, onde a apropriação do solo passa pela sua posse e pela ligação ao senhor dos que aí vivem; outro, introduzido com a islamização e em que a terra é sobretudo entendida como uma forma de renda⁶³. A ligação entre carreira administrativa e detenção da propriedade aparece, no estado omeia, como motor do sistema de apropriação de terras — grandes propriedades mantêm-se na posse de linhagens, por vezes desde a conquista, e reflectem no Gharb uma estabilidade social desconhecida noutros lados do Andalus⁶⁴.

⁶¹ Molina (1989), pp. 37-38 e 42-43.

⁶² Molina (1990), p. 21 (com extensa genealogia).

⁶³ Picard (1996), pp. 506-507.

⁶⁴ Picard (1996), p. 518.

O peso político, social e económico da cidade justifica todas as atenções de que Beja é alvo, sendo disso reflexo natural uma persistente atitude de rebeldia face ao poder cordovês, traduzida em sucessivas revoltas que têm em Beja o seu epicentro. Neste primeiro período há uma fase que dura cerca de sessenta anos e que é marcada por uma muito intensa resistência local.

Uma coisa nos parece clara. A importância da comunidade cristã não diminuiu e só teoricamente lhe terão sido aplicadas as restrições (modo de vestir, comportamentos sociais, limitações no que respeita ao local de culto) que autores mais tardios — séculos IX/X H./XV/XVI d. C. — afirmavam como norma⁶⁵. O papel de formas de organização tribal, menos evidentes nos textos sobre o Gharb, poderá dever-se ao facto de os autores escreverem em época califal, quando se fazia sentir o peso da centralização político-administrativa, embora não possamos esquecer que a expressão «tribo» é muitas vezes usada como emblema onomástico, não revelando nenhum parentesco efectivo entre os distintos portadores de igual nome⁶⁶. Nesse sentido, a *orientalização* será, antes de mais, uma mutação cultural e social, e não uma chegada *massiva* de populações. Ou seja, a Hispania *orientaliza-se* (como o denunciam os permanentes contactos com o mundo cultural do Levante mediterrânico) e não são os invasores que se hispanizam. Significando isso que há uma efectiva e maioritária continuidade populacional (a chegada de alguns grupos populacionais tem sobretudo lugar ao longo dos séculos VIII e IX, decrescendo nas centúrias seguintes), mas não de civilização, que conhece nos inícios do século VIII mudanças radicais. É natural que o fenómeno possa ter atingido, nomeadamente ao nível das estruturas familiares, uma mais vasta amplitude, mas as fontes escritas apenas reflectem uma parcela da realidade.

Em relação a Beja, não nos parece evidente que o centro urbano tenha conhecido um abandono neste período. Os dados arqueológicos são ainda insuficientes para podermos ter uma ideia rigorosa sobre a evolução de Beja ao longo dos séculos VIII e IX. É certo que a importância dada à cidade dirá, em grande medida, respeito ao seu território envolvente. Mas não é menos verdade que uma decadência semelhante à que Évora sofreu não ocorreu em Beja. Podemos afirmar que, se Beja não conheceu qualquer impulso, do ponto de vista urbano, ao longo do século VIII, também não é natural que a cidade tenha sofrido qualquer retracção em relação ao período visigótico. Na pior das hipóteses, estaremos perante uma continuação das condições em que a cidade vivia.

Ao longo do século IX, Beja é ultrapassada por Mérida. A cidade pacense, secundarizada, «dispersa» a sua dinâmica por outros sítios, como Totalica, Aroche e, sobretudo, Mértola. É uma dinâmica que se generaliza a muitos outros

⁶⁵ Al-Wansharisi (1908), pp. 223-265.

⁶⁶ Guichard (1976), pp. 251 (nota 24) e 299. Os descendentes de Abd al-Mumin «requerent leur ethnique par jeu des liens de voisinage et d' alliance» (Lévi-Provençal, 1928, p. 33).

sítios do Gharb, que ganham então novo fôlego. O que para Beja é ainda um ponto de chegada passa a ser, para muitos outros locais, um momento de partida. A arqueologia tem vindo a demonstrar bem essa realidade. Não podemos, contudo, generalizar tal constatação ao conjunto da *kura*. Na maior parte das vezes, a total falta de elementos não permite mais do que constatações sumárias.

À medida que os anos passam, a cidade perderá influência e poder — outros centros de decisão regionais, como Mérida ou Badajoz, estavam já em clara ascensão —, o que a levará, nos últimos três séculos de islamização, a ter um papel de clara subalternidade. É certo que mesmo em fontes escritas tardias Beja será referida como capital da *kura* e como centro político importante. Na inexistência de outra urbe que se lhe equivalessse ou que a pudesse suplantar no território, ela continuou a ser uma referência, mais simbólica do que verdadeiramente decisiva. Uma certa tradição do prestígio de Beja perdurou, contudo. Durante a rebelião de Ibn Qasi é dessa cidade que saem as moedas que o líder dos *muridines* mandou cunhar.

E, se a arabização é tão forte que chegará às lápides funerárias do século XI da pequena e remota fortificação de Noudar⁶⁷ ou à telha epigrafada do povoado de Alcaria Longa⁶⁸ — o uso do árabe era corrente em construções mais importantes, conforme o atesta a inscrição que assinala a reconstrução das muralhas de Évora⁶⁹ —, não é menos verdade que estas sociedades manterão sempre, e até épocas tardias, um notório bilinguismo, característica apontada para os muçulmanos indígenas⁷⁰.

Importa menos sublinhar aqui qualquer tipo de refluxo das comunidades cristãs. Parece-nos também importante frisar que, mesmo depois de quatro séculos de islamização, a identidade das famílias cristãs não se tinha diluído por completo numa realidade árabo-berbere ou orientalizante, mantendo-se antes ainda bem viva a memória da sua origem (estavam bem presentes no Gharb em pleno século XII d. C., quando se refere o importante património fundiário na posse da Igreja do Corvo⁷¹). Mais do que isso, são essas famílias autóctones a desempenharem ainda um importante papel de liderança no território.

Os momentos em que a cidade, como cabeça da *kura*, cede o seu protagonismo são aqueles em que há um claro enfraquecimento do seu poder. Esse enfraquecimento é também visível na acumulação de cargos de al-Tujibi em finais do século XI, quando se torna ao mesmo tempo *qadi* de Faro e de Beja.

Inversamente, são outros sítios da *kura* a terem protagonismo durante a longa decadência da cidade. Serão locais como Serpa, Aroche, Moura,

⁶⁷ Borges (1993), pp. 215-217.

⁶⁸ Boone (1996), p. 34 (fig. 8).

⁶⁹ Borges (1985), pp. 4-7.

⁷⁰ Ibn Sahib al-Sala (1969), p. 157.

⁷¹ Al-Idrisi (1969), pp. 218-219.

Aljustrel, Castro da Cola e, sobretudo, Mértola a desempenharem papéis de relevo no período pós-califal. Este último *hisn* chegou mesmo, a despeito de uma existência discreta nos tempos iniciais da islamização, a liderar uma taifa (até 435 H./1044 d. C.) e a ser sede da revolta de Ibn Qasi, um pouco antes dos meados do século XII.

Durante os últimos dois séculos do período islâmico, e a despeito do silêncio de Mértola sob os Abádidas, é evidente que o *hisn* do Guadiana ganha maior fôlego e importância, sem nunca perder a ligação privilegiada, que sempre existira, com Beja. Com o desaparecimento desta última cidade na época almóada, será Mértola a conhecer um derradeiro e importante período de desenvolvimento.

Outro sinal de uma progressiva perda de poder e de capacidade mobilizadora parece ser o facto de as revoltas de desafio ao poder central cordovês ocorrerem no seu território, mas longe da cidade de Beja: as de al-Tutaliqi, em Aroche (cerca de 235 H./850 d. C.), e a de Abu al-Jawad, em Mértola, em finais do mesmo século.

Até na forma como se desenvolvem as lutas entre os poderes centrais podem estabelecer-se diferenças entre as duas épocas: na primeira Ibn Marwan ou Sadun as-Surunbaqi poderiam ser interpretados como exemplares precoces do guerreiro de fronteira, defrontando um emirado cordovês fraco e estabelecendo ligações frequentes a norte, o que permite que a faixa central da Península conheça formas de autonomia muito acentuadas; no século XII os poderes do centro mantêm com as periferias uma relação mais estruturada⁷².

A comparação das duas realidades — a dicotomia entre Beja e os outros sítios — confirma-nos, a traço grosso, a existência de realidades para as quais nos falta a finura de detalhes mais precisos. Muitos podem ser complementados com uma perspectiva mais sociológica ou antropológica do que histórica (no sentido de uma evolução diacrónica).

Não há conhecimento de que a cidade tenha encabeçado qualquer taifa durante a crise do século XI ou que tenha tido qualquer papel de relevo durante a crise de transição do poder almorávida-almóada em meados do século XII. Dois textos relativamente tardios (a *Crónica anónima de los reyes de taifas*⁷³, redigida no terceiro quartel do século XII, e a *História de al-Andalus*⁷⁴, de Ibn al-Kardabus, escrita provavelmente em finais do século VI H./XII d. C.) são completamente omissos no que se refere à *kura* de Beja. Até à sua definitiva reconquista temos apenas notícia de algumas movimentações aquando da tentativa de repovoamento em 569 H./1174 d. C. por parte de Abu Yaqub Yusuf e pouco mais.

⁷² Fernandes (2000), p. 188.

⁷³ Maillo Salgado (1991).

⁷⁴ Ibn al-Kardabus (1986).

BIBLIOGRAFIA

Fontes publicadas

- AL-IDRISI (1969), *Description de l'Afrique et de l'Espagne* (publ. por Reinhardt Dozy e Michaël de Goeje), Amsterdão, Oriental Press.
- AL-MAKKARI, Ahmed ibn Muhammad (1840), *The History of the Mohammedan Dynasties in Spain* (trad. de Pascual de Gayangos), vol. 1, Londres, Oriental Translation Fund of Great Britain and Ireland.
- AL-MUQADDASI (1950), *Description de l'Occident musulman au IV^e-X^e siècles* (introd., trad. e índice de Charles Pellat), Argel, Editions Carbonel.
- AL-WANSCHARISI, Ahmed (1908), «La pierre de touché des fetwas» (trad. e notas de Émile Amar), in *Archives marocaines*, vol. XII, Paris, Ernest Lérout Éditeur, pp. 1-522.
- CINTRA, Luís Filipe Lindley (ed.) (1954), *Crónica Geral de Espanha de 1344*, vol. II, Lisboa, Academia Portuguesa da História.
- COELHO, António Borges (1989), *Portugal na Espanha Árabe*, 2 vols., Lisboa, Editorial Caminho.
- IBN AL-KARDABUS (1986), *Historia de al-Andalus*, ed. de Felipe Maíllo, Madrid, Ediciones Akal.
- IBN AL-QUTIYA e IBN HAYYAN (1926), «Historia de la conquista de España de Abenalcotia el Cordobés» (ed. Julian Ribera), in *Coleccion de obras arabigas de Historia y Geografia*, t. II, Madrid.
- IBN AL-QUTIYA (2001), *Crónica de los emires Alhakam I y Abdarrahman II entre los años 796 y 847 (Almuqtabis II-I)*, trad., notas e índices de Mahmud Ali Makki e Federico Corriente, Saragoça, Instituto de Estudios Islámicos y del Proximo Oriente.
- IBN IDARI (1904), *Histoire de l'Afrique et de l'Espagne intitulée Al-Bayano l-Mogrib* (trad. e notas de Edmond Fagnan), t. II, Argel, Imprimerie Orientale Pierre Fontana.
- IBN SAHIB AL-SALA (1969), *Al-mann bil-imama*, est. preliminar, trad. e índices de Ambrosio Huici Miranda, Valência, Editorial Anubar.
- LAFUENTE Y ALCÁNTARA, Emilio (ed.) (1867), *Ajbar Machmua (coleccion de tradiciones)*, Madrid, Real Academia de la Historia.
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste (ed.) (1928), *Documents inédits d'histoire almohade — fonds manuscrits du legajo (1919) du fonds arabe de l'Escorial*, Paris, Librairie Orientaliste.
- LOPEZ PEREIRA, José Eduardo (ed. crítica e trad.) (1980), *Crónica mozarabe de 745*, Saragoça, Anubar Ediciones.
- MAILLO SALGADO, Felipe (introd., trad. e notas) (1991), *Crónica anónima de los reyes de taifas*, Madrid, Ediciones Akal.
- YACKUBI (1937), *Les pays* (trad. de Gaston Wiet), Cairo, Institut Français d'Archéologie Orientale.

Estudos

- ACIEN ALMANSA, Manuel (1997), *Entre Feudalismo y el Islam. Umar ibn Hafsun en los Historiadores, en las Fuentes y en la Historia*, Jaen, Univ. de Jaen.
- ALARCÃO, Jorge (Robert Étienne e Françoise Mayet) (1990c), *Les villes romaines de São Cucufate (Portugal)*, vol. 1 (texto), s. 1., Mission Archéologique Française au Portugal/ Institut d'Archéologie de l'Université de Coimbra.
- ALARCÃO, Jorge (Robert Étienne e Françoise Mayet) (1990d), *Les villes romaines de São Cucufate (Portugal)*, vol. 2, s. 1., Mission Archéologique Française au Portugal/Institut d'Archéologie de l'Université de Coimbra.
- BOISSELLIER, Stéphane (1999), *Naissance d'une identité portugaise. La vie rurale entre Tage et Guadiana de l'islam à la Reconquête (X^e-XIV^e siècles)*, Lisboa, Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

- BOONE, James (1996), «Uma sociedade tribal no Baixo Alentejo medieval?», in *Arqueologia Medieval*, n.º 4, Porto, Edições Afrontamento, pp. 25-35.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1985), *Duas Inscrições Inéditas no Museu de Évora*, sep. de *A Cidade de Évora*, pp. 67-68, Évora, 12 páginas.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1989), *As Inscrições Lapidares Árabes do Museu de Beja*, sep. de *Arqueologia*, n.º 20, Porto, 12 páginas.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1993), «Inscrições árabes de Noudar», in *Arqueologia Medieval*, n.º 2, Porto, Edições Afrontamento, pp. 215-217.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (1998), «Epigrafia árabe no Gharb», in *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Instituto Português de Museus, pp. 227-255 264-266.
- BORGES, Artur Goulart de Melo (2001), «Epigrafia», in *Museu de Mértola — Arte Islâmica*, Mértola, Campo Arqueológico de Mértola, pp. 181-187.
- CHALMETA, Pedro (1994), *Invasión e Islamización. La Sumisión de Hispania y la Formación de al-Andalus*, Madrid, Editorial MAPFRE.
- CHAVES, Luís (1944), «Mértola cristã (*Myrtillis*)», in *Arquivo de Beja*, vol. I, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 97-104.
- DIAS, Maria Manuela Alves (1998), «Lápide do bispo Julião», in *Portugal Islâmico. Os Últimos Sinais do Mediterrâneo*, Lisboa, Instituto Português de Museus, p. 88.
- DOZY, Reinhardt (1881), *Recherches sur l'histoire et la littérature de l'Espagne pendant le Moyen Age*, 3.ª ed., vol. II, Leiden, E. J. Brill.
- FERNANDES, Hermenegildo (2000), *Entre Mouros e Cristãos — a Sociedade de Fronteira no Sudoeste Peninsular Interior (Séculos XII-XIII)*, Lisboa dissertação de doutoramento em História apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- GOITEIN, Shelomo Dov (1973), *Letters of Medieval Jewish Traders*, Princeton, Princeton University Press.
- GUICHARD, Pierre (1976), *Al-Andalus — Estructura Antropológica de Una Sociedad Islámica en Occidente*, Barcelona, Seix Barral.
- GUICHARD, Pierre (1987), «Los árabes sí que invadieron España. Las estructuras sociales de la España musulmana», in *Estudios de História Medieval*, Valência, Institució Valenciana d'Estudis i Investigació, pp. 27-71.
- GUICHARD, Pierre (1990), *Les musulmans de Valence et la Reconquête (x^e-xiii^e siècles)*, t. I, Damas, Insitut Français de Damas.
- GUICHARD, Pierre (1991), *Les musulmans de Valence et la Reconquête (x^e-xiii^e siècles)*, t. II, Damas, Insitut Français de Damas.
- GUICHARD, Pierre (1998), «A propos de l'identité andalouse: quelques éléments pour un débat», in *Arabica*, XLVI, Leiden, pp. 97-110.
- GUICHARD, Pierre, e MISCHIN, Dmitryj (2002), «La société du Garb al-Andalus et les premiers husun», in *Mil Anos de Fortificações na Península Ibérica e no Magreb (500-1500) — Actas do Simpósio Internacional sobre Castelos* (coord. de Isabel Cristina Ferreira Fernandes), Lisboa, Edições Colibri/Câmara Municipal de Palmela, pp. 177-187.
- LÉVI-PROVENÇAL, Évariste (1932), *L'Espagne musulmane au x^e siècle*, Paris, Larose.
- LOPES, David (1896), «Cousas arábico-portuguesas», in *O Arqueólogo Português*, vol. II, Lisboa, pp. 204-210.
- LOPES, David (1911), *Os árabes nas obras de Alexandre Herculano*, sep. do *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*, vols. III e IV, Lisboa, Imprensa Nacional.
- LOPES, Maria da Conceição (2000), *A Cidade Romana de Beja — Percursos e Debates em torno de Pax Iulia*, dissertação de doutoramento em Arqueologia apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- MACHADO, João L. Saavedra (1964), «Subsídios para a história do Museu Etnológico do Dr. Leite de Vasconcellos», in *O Arqueólogo Português*, nova série, vol. V, Lisboa, pp. 51-148.

- MARIN, Manuela (1998), «A l'extremité de l'islam médiéval. Élités urbaines et islamisation en Algarve», in *Annales. Histoire. Sciences sociales*, ano 53, n.º 2, Paris, EHESS, pp. 361-381.
- MARIN, Manuela (2001), «Los ulemas de Beja; formación y desaparición de una elite urbana», in *Elites e Redes Clientelares na Idade Média* (ed. Filipe Themudo Barata), Évora, Edições Colibri/CIDEHUS, pp. 27-44.
- MARINHO, José Rodrigues (1970), «Moeda hispano-árabe encontrada no Bombarral e notas sobre variante inédita», in *O Arqueólogo Português*, série III, vol. IV, Lisboa, pp. 293-298.
- MARINHO, José Rodrigues (1983), «Uma prática singular em moedas do emirado do Ândalus», in *O Arqueólogo Português*, série IV, vol. I, Lisboa, pp. 347-374.
- MOLINA, Luis (1989), «Familias andalusies», in *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus* (ed. de Maria Luisa Ávila), t. II, Granada, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 19-99.
- MOLINA, Luis (1990), «Familias andalusies», in *Estudios Onomástico-Biográficos de al-Andalus* (ed. de Maria Luisa Ávila), t. III, Granada, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, pp. 13-58.
- MONÉS, Hussain (1957), «La división político-administrativa de la España musulmana», in *Revista del Instituto de Estudios Islámicos en Madrid*, vol. V, Madrid, pp. 79-128.
- OLAGÜE, Ignacio (1969), *Les arabes n'ont jamais envahi l'Espagne*, Paris.
- PICARD, Christophe (1986), *Le Gharb al-Andalus: étude régionale d'après les sources littéraires et archéologiques*, thèse de III cycle, Paris.
- PICARD, Christophe (1996), «Quelques remarques sur la propriété du sol dans le Gharb al-Andalus pendant la période musulmane», in *Révue des études islamiques*, LX, Paris, pp. 471-520.
- PICARD, Christophe (2000), *Le Portugal musulman (VIII^e-XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*, Paris, Maisonneuve e Larose.
- REAL, Manuel Luís (2000), «Portugal: cultura visigoda e cultura moçárabe», in *Visigodos y Omeyas. Un Debate entre la Antigüedad Tardía y la Alta Edad Media — Anejos de Archivo Español de Arqueología*, XXIII, Madrid, CSIC, pp. 21-75.
- SIDARUS, Adel (1996), «Assentamento árabe e primórdios do domínio islâmico em Beja (711-788)», in *Arquivo de Beja*, série III, vols. II/III, Beja, Câmara Municipal de Beja, pp. 27-39.
- TORRES, Cláudio (1992), «O Garb al-Andaluz», in *História de Portugal* (dir. de José Mattoso), vol. I, Lisboa, Círculo de Leitores, pp. 363-415.
- TORRES, Cláudio (1993), «A igreja de Santo Amaro», in *Núcleo Visigótico, Museu Regional de Beja* (coord. de Susana Correia), Beja, Museu Regional de Beja, pp. 19-27.
- VILA, Salvador (1936), «El nombramiento de los wáliees de al-Andalus», in *Al-Andalus*, vol. IV, Madrid-Granada, CSIC, pp. 215-220.